

MEDIDA DE PROTEÇÃO E ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE UM MUNICÍPIO DO INTERIOR PAULISTA: Uma Perspectiva Histórica

Protective Measures and Institutional Care for Children and Adolescents in a Municipality in the Countryside of São Paulo: A Historical Perspective

Luciana Aparecida de Lima⁶

RESUMO: O estudo aborda a história de um acolhimento institucional para crianças e adolescentes situado num município do interior do estado de São Paulo. A execução desta medida protetiva da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), como serviço da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, é destinada às crianças e adolescentes quando seus direitos são ameaçados e violados, e há a necessidade do afastamento do convívio familiar e comunitário. Para a produção dos dados, utilizou-se a análise documental, com base nos Livros de Registros das crianças e adolescentes ingressantes, a partir dos quais se pôde evidenciar a evolução histórica dessas pessoas no acolhimento. Os resultados foram organizados em diferentes indicadores, os quais revelaram o perfil dos(as) acolhidos(as), os motivos do ingresso, o tempo de permanência e as razões para o desacolhimento institucional. Os registros desvelam complexos conjuntos de problemáticas interligadas, que se traduzem em desigualdades sociais e que são incorporadas pelas medidas de proteção e acolhimento dessa parcela da população. Conclui-se que o método histórico-dialético pôde ofertar à pesquisa algumas categorias metodológicas necessárias para apreender processos de continuidade e ruptura que mantêm na dinâmica do acolhimento, pelos motivos da medida de proteção, formas instituídas de exclusão social.

PALAVRAS-CHAVES: Medidas protetivas; Serviços de acolhimento; Criança; Adolescência; Materialismo histórico-dialético.

ABSTRACT: The study approaches the history of an institutional care for children and adolescents which is located in the State of São Paulo. The execution of this protective measure of the National Social Assistance Policy (PNAS), as a service of the Special Social Protection of high complexity, is aimed at children and adolescents when their rights are threatened and violated, and therefore there is a need to remove them away from family and Community life. To produce data, document analysis was done, based on the Registration books of children and adolescents who were members of the project, showing the historical evolution of those people the time they were in the institution. The analysis of indicators registered that, in addition to aspects of the socio-political and economic situation, the reference producers, there is also a relation between the data service, elements of municipal history, public policies at the Federal level, and technical guidelines for the execution of the service. Records unveil complex sets of interconnect issues that translate into social inequalities and that are incorporated by the

6 UNESP - Faculdade de Ciências e Letras de Assis (FCLAs) / Sociedade Cultural e Educacional de Garça (FAIP/FAEF) | <https://orcid.org/0000-0002-7778-1816> | lucalyma@hotmail.com

protection and reception of this part of the population. It is concluded that the dialectical historical method could offer to the research some demanding methodological categories to apprehend continuity and rupture processes that they maintain in the reception's dynamics for the reasons of the protection measure, instituted forms of social exclusion.

KEYWORDS: Protective Measures; Institutional care services; Children; Adolescence; Dialectical historical materialism.

INTRODUÇÃO

Todo mundo teve infância, mas nem todas as infâncias foram iguais. Para alguns, o nascimento foi revelado à festa e completude da linhagem; para outros, ele se deu em meio a violências, traduzidas por abandonos, negligências e maus-tratos. Tudo depende de quando e onde você nasce.

O conceito de infância da forma que é compreendido atualmente nem sempre foi assim. Entendemos como criança, uma pessoa pequena, inocente, que ainda não tem plenas habilidades, não consegue fazer tudo o que um adulto realiza, mesmo tendo sua história e estabelecendo relações. Esse conceito de infância foi construído por séculos: até a Idade Média, século XV, não havia um conceito que abarcasse esse período de vida e as crianças eram caracterizadas como mini adultos que apresentavam comportamentos de infantilidade. Com essa compreensão, as crianças eram inseridas no cotidiano dos adultos, ao trabalho.

Gradualmente, o conceito de infância foi se modificando, tanto para as famílias quanto para os próprios infantes, de acordo com o gênero, a raça, a situação socioeconômica, cultural, social e política, de tal forma que, posteriormente, eles passariam a ser preparados para enfrentar as adversidades do mundo (da vida?).

A partir do século XVI, até meados do século XVIII, as crianças ricas passaram a ser inseridas nas escolas, enquanto a maioria das crianças pobres era encaminhada para o trabalho, juntamente com os pais. As escolas preparavam as crianças para serem adultos, já que, além de ensiná-las a ler e a escrever, elas eram também educadas e corrigidas em seus comportamentos para a vida em sociedade. Mas por não entender as diferenças e as semelhanças entre as crianças, nem a originalidade de seu pensamento, elas não eram marcadas por suas singularidades e foi a partir do século XIX, sob influência dos conhecimentos científicos, que se começou a entender que as crianças têm características próprias e considerou-se a infância uma fase importante do desenvolvimento humano. Surgem, então, diversas teorias para explicar o desenvolvimento infantil e os processos de aprendizagem.

Os estudos científicos passaram a descrever o desenvolvimento infantil e a respeitá-lo, enquanto fase do desenvolvimento humano que reflete, em seus limites e potencialidades, na fase adulta, em vias de gerar indivíduos mais saudáveis e que tivessem um tempo, relativamente, maior de vida. A esses indivíduos deveria ser garantido o bem-estar social e, para isso, o período definido como infância precisaria ser assegurado por direitos direcionados a todas as crianças, independentemente da classe econômica em que elas estivessem inseridas.

A infância é uma categoria historicamente permeada pela violência e pela exclusão social. Com o machismo impregnado na sociedade desde a antiguidade, as meninas vêm sendo tratadas de formas diferentes dos meninos ao longo dos séculos; e as crianças e adolescentes pobres seguem excluídos, negligenciados e têm retirados seus direitos, de formas explícitas e implícitas na sociedade.

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, CONCEITUAIS E LEGAIS DAS POLÍTICAS DE ATENÇÃO À INFÂNCIA E À ADOLESCÊNCIA NO BRASIL

A Constituição Federal confirma a proteção integral e os concebe como cidadãos plenos de direitos e proteção prioritária (BRASIL, 1988). O próprio Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), em seu artigo 19, garante, em disposições gerais, que o direito à convivência familiar é indispensável ao desenvolvimento na infância e na juventude, afirmando que “é direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta o desenvolvimento integral” (BRASIL, 1990, p.150).

Abordar a infância e referenciar o termo acolhimento institucional na historicização do desenvolvimento das políticas públicas de proteção às crianças e aos adolescentes que se encontram nessa situação e contextualizar tais práticas ao longo do tempo. Os lugares ou as múltiplas instituições que recebiam as crianças foram se transformando, principalmente, no sentido de disciplinar os modelos de conduta e valores hegemônicos de cada época. Também, perceber que os usuários da Proteção Social Especial de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (BRASIL, 2005), em espaços de acolhimento institucional orientados pelas Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes (2009), por se encontrarem em situações de vulnerabilidades e riscos sociais, por muitas vezes acabam sendo culpabilizados, sem que haja a compreensão de que

A questão do abandono, da negligência, da vivência de rua, da institucionalização, da fuga, da reincidência e outras mazelas sociais que acontecem no núcleo familiar são engendradas pelo sistema vigente, que é contraditório e excludente. As famílias não são por si só culpadas por tal situação, encontram-se também abandonadas em todos os patamares da vida em sociedade (PINTO, 2004, p. 167).

Para tratar dos ideais do assistencialismo que sustentam a cultura asilar no Brasil, é necessário destacar a leitura do autor Roberto da Silva (1998), sobre a pesquisa bibliográfica em *Os Filhos do Governo*, por meio da qual sistematiza a evolução do pensamento assistencial sob os modelos institucionais; a primeira fase é a filantrópica (1500 a 1874) promovida pelas Santas Casas de Misericórdias no modelo português, cristalizados nas práticas das Rodas dos Expostos; a segunda é a filantrópica-higienista (1874 a 1922) marcada pela exacerbada imigração estrangeira no Brasil, o controle de doenças epidêmicas e a organização dos espaços públicos.

A terceira fase, chamada de assistencial (1924 a 1964), tem início com o fechamento das Casas dos Expostos, a aprovação dos Códigos de Menores, criação do Juizado de Menores e instituições de atendimentos oficiais, e a tutela das crianças órfãs e abandonadas pelo Estado e, num salto para a quarta fase, nomeada de institucional pós-64 (1964 a 1990), quando o governo federal criou a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM – e a Fundação do Bem-Estar do Menor – FEBEM – regidas pelo Código de Menores de 1979. A última fase, a partir de 1990 até os dias atuais, intitulada desinstitucionalização, se pauta pela Constituinte e Estatuto da Criança e do Adolescente que respaldam a convivência familiar e comunitária e dão primazia ao atendimento das crianças e adolescentes.

No Brasil, após a chegada da família Real, o significado e o papel da família passaram a ser concebidos pelo viés da educação e do desenvolvimento do país. Segundo Freitas (2011), a família passou a se definir como uma célula da sociedade. Através dos valores familiares, e a partir da educação, os indivíduos poderiam se desenvolver cultural e socialmente, constituindo-se como cidadãos de bem.

O desenvolvimento da vida escolar ocorreu paralelamente ao desenvolvimento da noção de infância e ao movimento de nucleação familiar, representado pelo pai, mãe e filhos. A criança foi ganhando espaços definidos e relações particulares, e o cuidado dispensado às mesmas passou a despertar o sentimento moderno de família. Ficou convencionalizado que essa preparação também fosse assegurada pela escola, portanto, família e escola retiraram, juntas, as crianças da sociedade dos adultos.

Entretanto, as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais decorrentes da estrutura da sociedade industrial capitalista produziram novas condições de vida que afetaram a organização interna das famílias e resultaram na sociedade contemporânea, em que se fazem presentes os direitos, principalmente na superação das desigualdades, culminando nas políticas públicas sociais.

Com esse sentido, é um campo repleto de contradições, expressão da contradição fundamental da sociedade capitalista. Inclui a contradição entre o público e o privado, realizada neste momento como mercantil; a contradição entre o individual e o coletivo; entre o econômico e o social; entre o social e o neoliberal. Enfim, contradições que atualizam, especificam e particularizam a contradição capital-trabalho. A partir dessa formulação geral e para iniciar a discussão, o primeiro passo, então, é reconhecer que falamos de políticas públicas relativas a direitos sociais em uma sociedade desigual (GONÇALVES, 2010, p. 20).

As políticas sociais não se caracterizam como um mero conceito estático e atemporal. Ao movimentar-se com a história, modifica-se e formula-se configurações que assumem relações mais complexas e contraditórias entre os indivíduos, os grupos sociais e o Estado.

Bock (2004) assinala a favor do papel da família na vida dos seres humanos, quando essa permite superar a dicotomia indivíduo-sociedade e a naturalização do fenômeno psicológico por meio do estabelecimento das relações como processo histórico.

A família, do ponto de vista do indivíduo e da cultura, é um grupo tão importante que, na sua ausência, dizemos que a criança e ou o adolescente precisam de uma família substituta ou devem ser abrigados em uma instituição que cumpra suas funções paternas e maternas, isto é, as funções de cuidados para a posterior participação na coletividade (p.249).

Partimos do ponto que as políticas sociais, estabelecidas no decorrer da história, têm imbricado elementos econômicos, políticos-ideológicos e sociais nas relações da humanidade e que, sob a perspectiva crítico-dialética, deve-se observar o surgimento e as tendências pelo movimento da sociedade e não por relações unilaterais (BEHRING; BOSSETTI, 2007; IAMAMOTO, 2006, 2008).

METODOLOGIA

Apresentar alguns elementos da teoria social de Marx (1818-1883), como forma de explicar quais os aspectos, presentes na relação do sujeito com o objeto, caracterizando a constituição do conhecimento, sendo trazidos para orientação da pesquisa em curso.

Inicialmente, é importante dizer que a teoria marxiana expõe, de maneira radical, a natureza econômica, social e política da sociedade de classes, a partir das tensões e contradições que vigoram entre grupos sociais que representam interesses econômicos e sociais opostos. O

núcleo fundamental das análises de Marx diz respeito a uma ontologia⁷, uma teoria do ser social, que explica o homem a partir dos processos de produção e reprodução.

Sua teoria crítica da sociedade burguesa explicita que, por meio do trabalho – categoria central da filosofia marxiana e fundante do ser social – se instala a divisão social entre os proprietários dos meios de produção e a classe trabalhadora. Tal cisão produz um esgarçamento das condições de sobrevivência e, conseqüentemente, da plena formação humana. Essa estrutura de exploração econômica e social, que subverte o processo de humanização, é o que produz a alienação.

Primeiramente, vale dizer que o conhecimento teórico, na perspectiva marxiana, é uma reprodução ideal – no plano do pensamento – do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa. A teoria não é um retrato da realidade, e o pesquisador tem como objetivo reproduzir, idealmente, um movimento efetivo do objeto (NETTO, 2011).

O movimento dessa realidade pode ser conhecido e a reprodução desse movimento, por meio das ideias, é o que caracteriza a superação da aparência imediata do objeto (empírico), daquilo que é dado imediatamente (o que se verifica, o que se constata) em direção à essência. A aparência não esgota aquilo que é o fenômeno, ou seja, da mesma forma que mostra, ou revela, ela também oculta. Assim, o trabalho intelectual do sujeito/pesquisador é partir da aparência para alcançar a estrutura interna e dinâmica, que caracteriza a essência do objeto.

Marx afirma que o método histórico-dialético deve partir do mais abstrato ou mais simples ou mais imediato (o que se oferece à abstração), percorrer o processo contraditório de sua constituição real e atingir o concreto como um sistema de mediações e de relações cada vez mais complexas e que nunca estão dadas à observação. Trata-se sempre de começar pelo aparecer social e chegar, pelas mediações reais, ao ser social. Trata-se também de mostrar como o ser do social determina o modo como este aparece aos homens (CHAUÍ, 1980, p. 48).

Para avançar em direção à essência do objeto que está sendo pesquisado – serviço de acolhimento institucional – outra categoria da filosofia marxiana se coloca como instrumento para conhecer tal objeto: a historicidade.

Entende-se que a história, para Marx, é a história do modo real como os homens produzem suas condições concretas de existência, ou seja, como se reproduzem a si mesmos, pelo consumo direto dos bens naturais, além de como produzem e reproduzem suas relações com a natureza através do trabalho, considerando a divisão social do trabalho e as formas de poder que se instalam a partir das relações de produção.

Dito isso, o que se sabe sobre a constituição desse Serviço de Acolhimento, objeto de estudo do presente estudo, é que o mesmo se instala no contexto de uma sociedade antagônica e desigual, que se organiza e produz políticas públicas – pensadas e efetivadas pelo Estado – com o objetivo de assegurar os direitos sociais de crianças e adolescentes garantidos pela Constituição Federal. É no interior dessa conjuntura que se inserem os espaços institucionais de acolhimento, os quais demandarão dos pesquisadores elementos mediadores capazes de desvelar, minimamente, os processos e as contradições de sua constituição.

A história para Marx não significa, tão somente, a transformação das coisas no tempo,

7 Tonet (2013) afirma que “[...] a ontologia é o estudo do ser, isto é, apreensão das determinações mais gerais e essenciais daquilo que existe [...]”. Ainda independente de ser uma ontologia de caráter metafísico ou histórico-social, o ponto de vista ontológico implica a subordinação do sujeito ao objeto, vale dizer que, no processo de conhecimento, o elemento central é o objeto. Neste sentido, não cabe ao sujeito criar –

teoricamente – o objeto, mas traduzir, sob a forma de conceito, a realidade do próprio objeto” (TONET, 2013, p.13).

indicando que “tudo muda sempre”, mas significa a história humana, ou seja, a história como uma dimensão do homem e que é “produção do homem pelo próprio homem” (GOMES, 2009).

Os homens se realizam por meio da história, e é a partir das condições concretas de vida que os mesmos desenvolvem suas qualidades humanas. O pressuposto de que a historicidade – qualidade ou condição do que é histórico – não corresponde a uma cronologia de fatos, mas à produção do próprio homem, ou ainda, à produção e reprodução do social, tem efeitos sobre um determinado modo de existir.

No Materialismo Histórico Dialético, a compreensão histórica dos fenômenos sociais deve imperar, de tal modo que os fenômenos possam ser explicados por meio de processos de *continuidade e ruptura* que marcam movimentos contraditórios. Portanto, para este estudo, o histórico, ou a historicidade, significa o movimento real de um fato do mundo objetivo – serviço de acolhimento Casa Arco Íris – e que poderá vir-a-ser traduzido pelo conhecimento científico.

A materialização dos dados – que conjugou a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, à construção do abrigo, em 1996 – foi efetivada pela reunião de materiais jornalísticos, publicados por diferentes órgãos de divulgação pública, a partir dos quais se pode verificar a constituição do abrigo no município, e os dados oriundos do *Livro de Registros* que, simultaneamente, foram possibilitando verificar as relações existentes entre as condições econômicas, sociais e políticas de um período histórico e as implicações para a efetivação do serviço municipal, anunciando os mecanismos da produção de elementos para a pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O local pesquisado – Serviço de Acolhimento Institucional Casa Arco-Íris – situado no município de Ourinhos/SP, foi criado em 1996 pela Prefeitura Municipal, haja vista que a cidade necessitava de um lugar que abrigasse as crianças abandonadas por suas famílias. A princípio, tais crianças ficavam em conjunto com os menores infratores (terminologia utilizada para os adolescentes que cometiam crimes, hoje denominados adolescentes em conflito com a Lei – por Regime de Medida Socioeducativa – MSE), vinculados à Secretaria do Bem-Estar Social – denominada Fundo de Solidariedade – um serviço público municipal de execução direta para o atendimento de crianças e adolescentes.

De acordo com os dados coletados nesta pesquisa, na implementação do serviço houve a improvisação de um espaço para atender crianças e adolescentes em situação de abandono no município. A esse caráter provisório, revelou-se a ausência de políticas sociais voltadas à infância pobre e vulnerável, que deveriam ser prioridades no município. Wanderley (2000) aponta as desigualdades estruturais e profundas que nunca puderam de fato ser enfrentadas. E distingue,

Assim, a pobreza e exclusão no Brasil são faces de uma mesma moeda. As altas taxas de concentração de renda e desigualdade – persistentes em nosso país – convivem com os efeitos perversos do fenômeno do desemprego estrutural. Se, de um lado, cresce mais a distância entre os “excluídos” e os “incluídos”, de outro, essa distância nunca foi tão pequena, uma vez que os incluídos estão ameaçados de perder direitos adquiridos. O Estado de Bem-Estar (que no Brasil já foi muito bem apelidado de Estado de Mal-Estar) não tem mais condições de assegurar esses direitos. Acresça-se a isso tudo, a tendência política neoliberal de diminuição da ação social do Estado (WANDERLEY, 1999, p. 25).

O primeiro espaço improvisado para atender à demanda ocorreu na Rua Euclides da Cunha, n. 540, Bairro Centro, com instalações que acomodavam, de forma adaptada, meninos e meninas menores de 12 anos de idade.

O Grupo de Incentivo e Apoio à Adoção da Região de Ourinhos – GIAARO – assumiu a administração da instituição Casa Arco-Íris em 2004. A partir de então, os funcionários passaram a ser contratados por meio das Leis Trabalhistas – CLT – e se responsabilizar pelo trabalho com as crianças. O GIAARO, entidade, sem fins lucrativos, foi criado em 1994 por pessoas da sociedade civil, e trabalhava para que crianças e adolescentes tivessem seus direitos garantidos, em especial os relativos à convivência familiar. Em setembro de 2004, o GIAARO recebeu o convite para administrar o serviço de acolhimento institucional para crianças, que residiam no endereço da Rua Rio de Janeiro, nº 705, no centro do município. No dia 03 de outubro de 2004, foi realizada a eleição e eles assumiram em 04 de outubro.

Os elementos extraídos dos dois livros de registros da instituição foram nomeados indicadores. Estes foram constituídos a partir da leitura e compilação dos dados existentes e respeitam, portanto, a mesma organização das informações e nomenclaturas utilizadas pelos profissionais da Casa Arco-Íris. Os indicadores estão organizados da seguinte maneira: Perfil dos Ingressantes, por gênero e faixa etária, no período 1996-2018; Motivos para o acolhimento institucional; Período de permanência na Casa Arco-Íris e Desacolhimento institucional.

Vale lembrar que todos os dados foram produzidos a partir de um documento encontrado nesta instituição, conhecido como Livro de Registro de Entrada das Crianças e Adolescentes, organizado por meio de ações das profissionais do Serviço Social que atuaram durante o período estudado (1996 a 2018).

Até o presente momento, tem-se o total de dois livros guardados em arquivos na instituição, sob a responsabilidade da equipe técnica. Porém, o preenchimento com as informações acerca das entradas e saídas, bem como as demais informações, neste documento, é feito pelas assistentes sociais.

OS INDICADORES: LIVRO DE ENTRADA E SAÍDA DOS ACOLHIDOS DE 1996 A 2018

INDICADOR I - Ingressantes no Acolhimento, por Gênero, em duas décadas e triênio

INGRESSO	1996-2005	2006-2015	2016-2018
FEMININO	323	257	37
MASCULINO	370	179	39
TOTAL	693	436	76

Quadro I

Para verificar o primeiro indicador na pesquisa, far-se-á necessário uma pergunta. Quem são os acolhidos? Foi compilado um a um, ou seja, cada entrada de criança e adolescentes no acolhimento, totalizando 1205. A partir daí, responder quem chegou ao serviço de acolhimento. Sendo assim, foi possível traçar um perfil por gênero primeiramente e, posteriormente, por faixa etária.

Verificamos que a quantidade de acolhimentos foi progredindo em números de ambos os sexos, anualmente. Houve uma quantidade mais expressiva de acolhimentos, nos anos de 1998, terceiro ano após a inauguração, com 102 acolhimentos, e no ano de 2003, com 114 acolhimentos no total. Sinalizamos que, nos demais períodos, os números foram inferiores a 100. Entretanto, o número de vagas era de 15 no total, ou seja, o município recebia um número maior de crianças e

adolescentes.

INDICADOR II – Ingressantes no Acolhimento, por faixa etária, em duas décadas e triênio

FAIXA ETÁRIA	1996-2005	2006-2015	2016-2018
DE 0 À 03 ANOS	169	140	28
DE 04 ANOS À 10 ANOS	233	192	25
DE 11 ANOS À 18 ANOS	169	78	20
SEM DADOS	100	11	0
TOTAL	671	421	73

Quadro II

Destacamos que os números de acolhidos, predominantemente, sempre foram maiores que o número de vagas. O município de Ourinhos sempre teve uma preocupação com a expansão do trabalho infantil, em número maior de crianças e adolescentes evadidos da escola e em situação de mendicância. O Presidente da Câmara de Ourinhos, utilizando as atribuições da Lei Orgânica do Município (§ 3º do art. 200 do Regimento Interno), promulgou no dia 26 de julho de 2011, publicada e registrada a Lei Nº 5657 que estabelece diretrizes para a Política Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e suas piores formas, e dá providências – para crianças e adolescentes do município que culturalmente colocava-se em exposição e risco social, como por exemplo, no artigo 7º. da Lei “d) esclarecimento dos motivos para não se dar esmolas e a comprar produtos de crianças e adolescentes em ruas, bares, restaurantes e semáforos, informando a população sobre os riscos e danos causados pela exploração do trabalho infantil e sobre a permanência nas ruas”. A mesma lei municipal, além de dar diretrizes para a política de prevenção e erradicação do trabalho infantil, tem como objetivo a proteção de crianças e adolescentes inseridos em situação de trabalho infantil.

INDICADOR III – Quatro maiores motivos para o acolhimento institucional de 1996 a 2018

MOTIVOS DE ACOLOHIMENTO	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	TOTAL
ABRIGO	7	22	70	20	20		19	24	29	38	20	24	25	34	45	4	22	27	25	26	18	28	25	612
NEGLIGÊNCIA			49		20	20	19	18	18	11	10	29	21	17	20	29	17	25	20	21	16	28	25	433
PROTEÇÃO	8	9	70	30	20	19	19	23	31	41	32													302
RISCO								23	37	1	5	2	11	19	32	26	19	24	18	20	18	28	25	308

Quadro III

Este indicador referente aos motivos de acolhimento, cabe explicitar, uma pergunta: Por que eles chegam ao serviço de acolhimento?

O quadro acima, reserva historicamente, a quantidade de citações em periodização da pesquisa, em seus quatro maiores motivos. Todos eles, ultrapassam trezentas citações em

palavras, contudo os sentidos ao longo do serviço de acolhimento foram movimentando-se e revelando o que deu continuidade, como por exemplo o abrigo. Chama-se atenção que, somente no ano de 2001, não houve uma só pronúncia deste termo em 12 meses. Já, a negligência, nasceu como um termo robusto, no segundo ano do serviço com sustância quantitativa, porém no próximo ano (1999) foi rejeitado, mas não caiu em desuso pelas profissionais do serviço de acolhimento e até mesmo dos Conselheiros Tutelares do município ao longo dos anos. O terceiro maior motivo, *risco*, apareceu no final da primeira década e obteve uma média de 20 citações anualmente. E, para finalizar, com o quarto maior motivo, tivemos a proteção que, se inaugurou com o serviço de acolhimento juntamente com o abrigo, mas diferenciou-se na ruptura do uso em 2006, e nunca mais foi utilizada nos registros.

INDICADOR IV – Período de Permanência na Casa Arco-Íris

PERÍODO DE ACOLHIMENTO	1996-2005	2006-2015	2016-2018
DE 0 ATÉ 30 DIAS	465	239	20
DE 31 DIAS ATÉ 01 ANO	131	119	31
DE 02 ANOS OU MAIS	27	40	9
SEM DADOS	36	4	0
TOTAL	659	402	60

Quadro IV

Neste indicador, assinalamos o período de permanência das crianças e adolescentes no serviço de acolhimento institucional.

Quanto tempo eles/elas ficam no acolhimento? Essa pergunta foi imprescindível para verificar a relação da infância e juventude com o município e/ou sociedade.

A permanência estabeleceu-se, desde uma breve passagem entre: 01 ou até 30 dias; de 31 dias até um ano; de 02 anos ou mais e Sem dados. A elevada escala da passagem pelo acolhimento (desde 1996) de crianças e adolescentes ocorreu em 724 acolhidos pelo período de 0 a 30 dias, o que entra em consonância com os motivos de acolhimento vistos no indicador anterior.

INDICADOR V – Desacolhimento Institucional

MOTIVO	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	TOTAL
ADOÇÃO	0	4	2	1	2	3	0	8	4	11	20	15	2	5	3	6	7	8	10	9	1	16	4	141
FAMÍLIA ACOLEDORA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	1	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	10
FAMÍLIA DE ORIGEM	0	0	0	0	0	0	38	73	32	38	16	21	31	13	20	13	4	17	6	0	8	5	4	339
FAMÍLIA EXTENSA	0	0	0	0	0	0	26	15	6	7	2	9	3	5	12	7	15	5	8	15	9	4	7	155
FUGA	0	1	3	0	1	1	5	5	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	1	23
LAR SANTO ANTÔNIO	0	0	3	0	0	4	1	0	2	2	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	15
ÓBITO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
OUTRA CIDADE	0	0	0	0	0	0	0	0	2	4	6	0	0	4	7	12	3	1	0	0	0	0	0	39
OUTRO PAÍS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3
PADRINHOS DE BATISMO	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
SEM DADOS	0	0	0	0	0	0	18	6	12	8	30	6	7	13	2	8	2	5	0	0	0	0	0	117
TOTAL	0	5	8	1	3	8	88	108	61	75	74	54	45	41	48	46	31	36	28	24	18	25	19	846

Quadro V

A pergunta para este indicador se fez: Por que eles saem do serviço de acolhimento? Com quem vai essa criança e adolescente ao sair da instituição de acolhimento? Qual destino, a criança

e o adolescente institucionalizado tomarão para o seu pleno desenvolvimento integral?

Notamos que, no ano de 1996, não foi realizado nenhum desacolhimento, sendo o primeiro ano do serviço no município. Destacamos que o retorno para a família de origem, ganhou destaque no ano de 2002, com elevado acréscimo no ano posterior e, ao longo dos anos, perpetuou-se na liderança dos desacolhimentos, totalizando 339 reintegrações familiares para a família de origem e 155 para a família extensa. Também, um pequeno grupo que foi para o Projeto de Família Acolhedora, implantado em 2005 no município e finalizado em 2010.

Para analisarmos, os desacolhimentos, em periodização do início do serviço até um determinado momento, foi a saída para a adoção, que liderou, mesmo em números pouco expressivos, porém era a única forma de saída de amparo legal, pois houve fugas do serviço. E, em 2002, as saídas ganharam destaque para a reintegração e/ou retorno à família de origem e/ou extensa. Já, observamos pelo Indicador I que o número de ingressantes no serviço de acolhimento ocorria, anualmente, em quantidade expressiva, a qual, demonstrou ser maior que o número de vagas. Por conta de não se ter uma padronização dos Registros, foi possível observar que algumas crianças e adolescentes retornavam à instituição várias vezes, e por motivos diversificados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já relatado, esta pesquisa teve o objetivo de analisar o percurso histórico de constituição de um serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, desde sua inauguração em 1996 até 2018, tendo em vista apreender como as práticas das políticas sociais do município se relacionavam com a garantia da medida de proteção à infância e juventude.

Deu-se atenção às determinações contraditórias dos discursos de reintegração familiar e/ou convívio familiar da PNAS (BRASIL, 2005), que tiveram pouco impacto na efetividade do não afastamento do convívio familiar e comunitário, demonstrados pelos números de ingressantes no acolhimento institucional.

Durante a coleta dos dados, foi-se percebendo a ausência de documentos ao longo de toda a história do serviço de acolhimento institucional – uma política pública municipal. Deparamo-nos com um lugar “sem certidão de nascimento”. Já tinha sua idade adulta, já tinha características próprias, foi se modificando, tomando formas, ao mesmo tempo usava a mesma roupa – uma instituição de abrigo para crianças que sofreram violações de direitos e sua garantia era ter uma palavra, como se fosse seu registro de identidade.

A carência de registros na Secretaria Municipal de Assistência Social e na sede da OSC, que administrava e executava a prestação de serviços na instituição, demarcou o primeiro desafio. Pois, a própria história da formação e gestão do serviço ausentava-se nos papéis burocráticos (e também nos depósitos de papéis, os chamados almoxarifados) e na rotatividade de profissionais que passaram pelo abrigo em seus 23 anos, revelando, assim, como foram conduzidas as práticas de gestão da Assistência Social à infância e à adolescência nos serviços da alta complexidade.

Os dois livros de registros dos acolhidos, encontrados na instituição de acolhimento, foram reluzentes como duas pedras de ouro, pois se conseguiu indicar pelos escritos, em grafia manual: nome; faixa etária; sexo; motivo do acolhimento; período de permanência na instituição e desacolhimento. Esta iniciativa sobreveio da primeira profissional de serviço social, quando foi implementado o abrigo no município e perpetuou-se até os dias atuais.

Outro fator importante à pesquisa foi a inexistência de dados, os chamados *sem dados*, que lideraram e centralizaram a ideia de que ao passar os profissionais e/ou responsáveis pelo serviço de acolhimento, cada um agia de acordo com a sua concepção de preenchimento, não havendo o

comprometimento para com o registro total, como um dos principais instrumentos da história da criança e adolescente (além de seu prontuário individual).

Seja pela reintegração familiar (independente do tempo de permanência no serviço) ou a colocação em família substituta, os “moradores”, que em alguns casos não desejaram e/ou não puderam sair do serviço até completar a maioridade, ficaram (in)visíveis às políticas públicas desde sua entrada até sua futura saída.

A questão da raça/etnia/cor não contida no Livro de entrada dos acolhidos, resultou na valorização e significação que essa variável adquire como objeto de análise, pois se trata de um processo correlacionado às profundas raízes do desenvolvimento político-econômico de uma sociedade.

Ao toque final deste trabalho, esperamos contribuir com a historicização da garantia de direito à infância e juventude no município e que os resultados encorajem práticas emancipatórias e de compromisso ético-político de todos os responsáveis pelos direitos das crianças e dos adolescentes do município.

REFERÊNCIAS

BERING, E. R.; BOSCETTI, I. *Política Social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2007. BOCK, A. M. B. *Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia*. São Paulo: Editora Saraiva, 2004.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil* [recurso eletrônico]: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 85/2015, 1988.

BRASIL. *O Estatuto da Criança e do Adolescente*, lei 8.069, de 13.6.1990, Diário Oficial da União de 16.6.1990.

BRASIL. Lei n. 8.742, 7 de Dezembro de 1993. *Lei Orgânica da Assistência Social*. Brasília: DF: MPAS, 2003.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social* (2004), Brasília: DF, 2004.

BRASIL. *Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes*. Brasília: DF, 2009.

CHAUÍ, M. S. *O que é Ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1980. (Coleção Primeiros Passos).

CORTEZ, S. M. M. *A política de redistribuição de renda por meio da transferência de benefícios monetários: uma análise do Programa Renda Cidadã de Ourinhos*. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2005.

FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA – CEPAM. *Coordenadoria de Gestão de Políticas Públicas Municípios paulistas em busca de novas práticas: as 12 finalistas do II Prêmio Chopin Tavares de Lima – novas práticas municipais: Ourinhos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)*. Coordenação de Cristina Castro Simonetti, Lúcia Maria Cavalcanti, Marinez V. Monteiro, Roseli Férez e Silvia R. Salgado. São Paulo, 2007. Disponível em: Acesso em: 2 maio 2021.

FREITAS, M. C. *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.

GOMES, C. A. V. *O Afetivo para a Psicologia Histórico-cultural: considerações sobre o papel da educação escolar*. Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2009. Disponível em: https://www.unifal-mg.edu.br/humanizacao/wp-content/uploads/sites/14/2016/12/gomes_cav_dr_marAfetivo.pdf. Acesso em 5 de maio de 2020.

GONÇALVES, M. A. *Psicologia, Subjetividade e Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTTO, M. V. *Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTTO, M. V. *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2008.

MARX, K. *O Capital. Crítica da Economia Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Volume I, 1968.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 1990.

NETTO, J. P. "Cinco notas a propósito da 'questão social'". *Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*, Brasília, v. 2, n. 3, jan/jun. 2001.

NETTO, J. P. *Introdução ao Estudo do Método de Marx*. São Paulo: Editora Expressão Popular., 2011.

PINTO, M. I. M. M. *Cotidiano e Sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914)*. São Paulo: Edusp, 1994.

SILVA, R. *Os Filhos do Governo: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas*. Editora afiliada ABDR, 2ª edição, Editora Ática, 1998.

WANDERLEY, M. B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, B. (Org). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 1999.